

DÍVIDA EXTERNA

Itamar diz "não" às três perguntas do plebiscito

O governador de Minas Gerais, Itamar Franco (sem partido), disse "não" ao acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao pagamento da dívida externa sem auditoria pública e também à utilização de grande parte dos recursos de estados e municípios para o pagamento da dívida interna aos especuladores. Ele participou, na manhã de ontem, do plebiscito organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre a dívida externa. Com o governador, estava grande parte de seus secretários de Estado.

Itamar Franco justificou sua posição favorável à auditoria da dívida externa, destacando que esse é um procedimento que interessa ao Brasil. Segundo ele, no seu governo auditoria semelhante não foi feita porque era "um governo de transição. Nós não sabíamos se terminaríamos ou não o processo democrático. O povo estava sem auto-estima e não havia força articulada no Congresso para dar sustentação ao governo", justificou.

Itamar Franco disse ainda que sabidamente seu período de governo seria curto. "Nos-



ITAMAR FRANCO acredita que auditoria é de interesse do Brasil

so objetivo primeiro era mostrar que poderíamos terminar democraticamente", ponderou, alegando que teve que optar por deixar as negociações que estavam em curso e que eram feitas pelo atual ministro da Fazenda, Pedro Malan. "Mas isso não quer dizer que uma dívida que já está quase 400% maior do que eu a deixei não possa sofrer uma

auditoria ou ser interrompida se assim o povo entender", ressaltou o ex-presidente.

O governador comparou o processo do plebiscito liderado pela CNBB com o apoio de partidos e entidades de esquerda com as diferentes proposições semelhantes que são feitas nos Estados Unidos. O processo norte-americano foi saudado por Itamar Franco

LUIZ COSTA/HOJE EM DIA

que ironizou a postura contrária do governo brasileiro em relação ao plebiscito: "Esses homens que dirigem a nossa República, que beberam naquela cultura e toda hora falam nisso, esquecem que mais de duas mil iniciativas ou referendos já foram realizados nos Estados Unidos", assinalou, classificando genericamente membros do governo federal de americanistas. "Mas eles aprenderam uma cultura lá fora que não querem aplicar aqui. Só vão aplicar quando eles voltarem para lá, porque vão acabar voltando para lá, morando nos Estados Unidos", criticou. O governador lembrou que o voto feminino naquele país foi admitido a partir de um plebiscito.

Itamar Franco defendeu a adoção de consultas populares também por governadores, com questionamentos diretamente relacionados às ações de governo, como forma de aprimoramento da democracia representativa. "Se eu tivesse a intenção de aumentar os impostos, poderia, numa próxima eleição, perguntar sobre isso também", exemplificou.